



Administração submissa

Foi objecto de acordo com a FESAP e aprovada em Conselho de Ministros para ser submetida à Assembleia da República, onde está actualmente em discussão, o regime de carreiras, remunerações e vínculos da Administração.

A proposta de lei visa a consagração de um regime altamente negativo para o futuro de uma Administração que se quer isenta, independente e ao serviço da sociedade.

Arrepiá e deixa quase sem palavras aqueles que acreditam e sempre acreditaram na necessidade de construir uma Administração ao serviço do cidadão.

Efectivamente, vivemos hoje numa Administração Pública fortemente politizada. Pois sê-lo-á muito mais no futuro. Atente-se que todas as comissões de serviço dos dirigentes cessam com a mudança do Governo. Os cargos dirigentes estão, assim, na inteira disponibilidade do poder político. São esses dirigentes politizados que vão preparar orçamentos e mapas de pessoal que podem significar despedimentos. São esses dirigentes que vão decidir das remunerações efectivamente praticadas e negociar, caso a caso, a remuneração que vai constar do contrato individual de trabalho. São esses dirigentes que vão, na prática, decidir se dispensam habilitações de admissão. São esses dirigentes que vão proceder à avaliação de desempenho. Tudo isto favorece uma Administração altamente submissa ao poder e pouco ou nada independente, pois em cada momento está em causa o emprego, a remuneração, a organização de vida.

Somente os heróis irão falar verdade ao poder e ousar ter uma visão que não seja a ele totalmente subordinada.

É por tudo isto que, em Democracia, os actos de gestão na Administração estão muito balizados pelo direito e pelas leis. Onde não há regulação de mercado tem de haver lei. A discricionariedade na Administração Pública é, em todos os países europeus, fortemente limitada por leis e regulamentos. É isto que nos é ensinado pelas boas práticas e experiências comparadas.

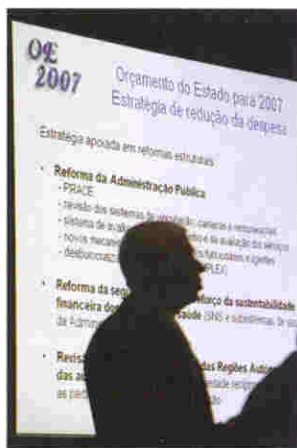
Dir-se-á que a anunciada reforma é motivada pela necessidade de controlo de despesa. Mas haveria outras opções a fazer. Pergunto: porque não foram congeladas as admissões na Administração? Em 2004,

2005 e 2006 aposentaram-se já 66 506 funcionários, devendo o número actual estar próximo dos 70 mil, contando com as aposentações já efectuadas em 2007. Teria sido possível reduzir fortemente os efectivos se houvesse vontade política. Tal não foi feito.

Porque não foi impedida a criação de Agências com o estatuto de empresa pública, com salários, sobretudo dos gestores públicos, muito superiores aos da função pública?

Porque não se actua também ao nível das empresas públicas?

Porque não se tem tido sucesso na redução da despesa?



*Vivemos hoje numa
Administração
Pública fortemente
politizada*

Porque se deu asas a um PRACE e C³, introduzindo na Administração um clima de instabilidade e desconfiança, paralisando o seu funcionamento, com quebras de produtividade e impacto muito negativo na economia e na sociedade?

Ser rigoroso e fazer partilhar equitativamente a contenção da despesa teria sido mais equilibrado. Haveria de facto outros caminhos para a reforma, com equidade, justiça e sobretudo melhores resultados. E é esta a reforma, para uma Administração submissa e um país adiado, que se ousa anunciar... ❑